

# A Defesa Civil e as Más Notícias

## Civil Defense and bad news

Sidnei Furtado Fernandes\*

71

Relato de Experiência • Report of Experience  
O Mundo da Saúde, São Paulo - 2012;36(1):71-74

### Resumo

A Defesa Civil é um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Essas ações ficaram mais conhecidas devido aos desastres naturais, onde no Brasil o enfoque maior está relacionado às chuvas que causam alagamentos, enchentes, inundações, deslizamentos de terra e muitos desabrigados, em sua maioria os moradores de áreas de risco. O objetivo principal da Defesa Civil é o de preservar vidas, reduzindo a intensidade e a frequência dos desastres, aumentando a resiliência da comunidade atingida. A Defesa Civil no atendimento às ocorrências muitas vezes tem que solicitar a remoção de famílias, a demolição de imóveis localizados nessas áreas, informar óbitos às famílias. As más notícias sobre corpos soterrados, resultantes de deslizamentos de terras ou desabamentos de residências requer preparo e técnica. Há ainda outras ocorrências que também registram números de mortos, como os acidentes rodoviários, envolvendo ônibus. Quando estes acontecem, há a necessidade da atuação da Defesa Civil, principalmente em relação às famílias das vítimas. Exemplos de ações de acolhimento aos parentes das vítimas nesses desastres se encontram no final deste trabalho, por se caracterizar como um atendimento amplo, envolvendo profissionais de diversas áreas.

**Palavras-chave:** Defesa Civil. Desastres. Resiliência Psicológica.

### Abstract

Civil Defense is a set of preventive and reconstructive actions, in addition to rescuing and caring efforts to minimize natural disasters and technological incidents, to preserve the morale of the population and restore social normality. These actions have become more known due to natural disasters, where the major focus in Brazil is related to rains that cause flooding, overflows, inundations, landslides and destroy the homes of many people, mostly residents of affected areas. The main objective of Civil Defense is to save lives by reducing the intensity and frequency of disasters, increasing the resilience of the affected community. Civil Defense, when mobilize due to these events often have to request the removal of families, the demolition of properties located in these areas, and report deaths to the families. Telling bad news about buried corpses resulting from landslides or collapsing homes require preparation and specific techniques. There are other events that also cause many deaths at a time, such as road accidents involving buses. When these happen, there is the need for Civil Defense to act, especially in contacting the victims' families. Examples of actions of helping relatives of victims of these disasters are also approached at the end of the work, because it is characterized as a comprehensive care involving professionals from different areas.

**Keywords:** Civil Defense. Disasters. Resilience, Psychological.

\* Coordenador Regional de Defesa Civil da Região Administrativa de Campinas, órgão Coordenadoria Estadual de Defesa Civil da Casa Militar do Gabinete do Governador.

## INTRODUÇÃO

A Defesa Civil evidenciou sua necessidade no mundo durante a Segunda Guerra Mundial, quando as estruturas governamentais precisavam ter sistemas planejados e organizados para atender a população civil, mediante os ataques bélicos que deixavam desabrigados, feridos e mortos. O conceito foi estabelecido em todo o mundo como um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

O Brasil criou o seu sistema de Defesa Civil em fevereiro de 1942, após o ataque japonês à base de Pearl Harbor, na Segunda Guerra Mundial, porém somente em 16 de dezembro de 1988 é qual foi organizado o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, com o objetivo de planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades, integrando a atuação dos órgãos e entidades de planejamento, coordenação e execução das medidas de assistência às populações atingidas por fatores anormais adversos, assim como de prevenção ou recuperação de danos em Situação de Emergência ou em Estado de Calamidade Pública.

A Defesa Civil ainda é muito nova no contexto da sociedade brasileira e só ganhou destaque devido ao aumento dos desastres naturais que diariamente atingem nossa sociedade e a grande vulnerabilidade de pessoas que moram em áreas de risco. Atualmente, mais de 3 bilhões de pessoas – metade da população mundial – vivem em áreas urbanas e cada vez mais se instalam em áreas consideradas de risco, tornando-as cada vez mais vulneráveis a esses desastres.

O objetivo permanente da Defesa Civil é o de reduzir a intensidade e a frequência de desastres, que são quantificados em função dos danos e prejuízos que provocam. Elegeu-se, internacionalmente, a ação “reduzir”, porque a ação “eliminar” definiria um objetivo inatingível.

Em 2005, os governos de 168 países se comprometeram a adotar medidas para reduzir os riscos de desastres, estabelecidas como o Marco

de Ação de Hyogo, instrumento mais importante para a implementação dessa redução, adotado por países membros das Nações Unidas. O objetivo principal é o de aumentar a resiliência das nações e comunidades, visando, para 2015, à redução considerável das perdas ocasionadas pelos desastres (incluindo-se vidas humanas, bens sociais, econômicos e ambientais).

Hoje, no Brasil, as enchentes, inundações, enxurradas e alagamentos atingem todas as cinco regiões do País e geram perdas econômicas, danos materiais e principalmente sofrimento à população, algo que dificilmente conseguimos dimensionar em relatórios de avaliação de danos por desastres.

## AÇÕES DA DEFESA CIVIL

Constantemente, a Defesa Civil é acionada para atender ocorrências relacionadas à necessidade de remoção de famílias em áreas de riscos e à demolição do imóvel para evitar mortes. Não é fácil interditar, demolir residências e retirar uma família de seu próprio lar, por mais precário que seja. Por outro lado, também não é fácil arcar com a responsabilidade por negligência ou omissão se essa atitude não for tomada. O que é preservação de vida para a Defesa Civil nessas situações, para a comunidade atingida significa uma grande perda.

Comunicar a má notícia sobre a localização dos corpos soterrados por ocorrência de deslizamentos de terra ou desabamentos de residências requer preparo e técnica. A explicação do motivo por que o poder público não agiu antes do desastre para evitar a tragédia e o estabelecimento de uma comunicação direta com a comunidade antes, durante e depois do desastre requer um bom planejamento, a partir de estratégias de confiança e credibilidade. É preciso ter as percepções básicas sobre a realidade dos riscos e suas consequências para identificar quem, dentro da família, tem mais capacidade para suportar as informações sobre a necessidade de interdição da moradia, sua demolição ou até mesmo sobre a comunicação de grave acidente ou óbito no local da ocorrência.

Cabe ressaltar que as consequências dos desastres naturais não são sentidas da mesma for-

ma por todos, sendo que as crianças e os idosos fazem parte do grupo de maior atenção nesses eventos. Por outro lado, com o aumento crescente da expectativa de vida, os idosos passam a ser aqueles que se encontram mais expostos aos desastres naturais, e qualquer ocorrência que os envolva acaba por agravar o problema, pois, além da fragilidade física, acrescenta-se a fragilidade emocional por se sentirem desprovidos de tudo aquilo que foi cultivado ao longo de suas vidas. Sofrem, muitas vezes, a perda de um parente querido, veem o lugar onde nasceram, ou onde moram há muito tempo, ser atingido por deslizamentos de terra (ou enchente, ou desabamentos) e, já aposentados, perdem, na maioria das vezes, tudo o que já haviam conquistado.

Ao longo desses 28 anos de atividade na Defesa Civil sendo convocados para atuar junto a situações de desastres em vários municípios do Estado de São Paulo, nos defrontamos com situações que apresentavam óbitos, em que familiares necessitavam de amparo e assistência humanitária, diante de perdas materiais e humanas.

Desde 2007, buscamos apoio técnico junto ao Laboratório de Estudos sobre a Morte, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, o que tem gerado apoio permanente e de alta qualidade aos integrantes da Defesa Civil, inclusive com inclusão do tema no Curso de Formação de Agente de Defesa Civil da região de Campinas. Trata-se de um tema recorrente e bastante solicitado pelos profissionais ligados aos desastres. Isso demonstra a aceitação e busca permanente pela melhoria dos trabalhos oferecidos a sociedade em geral. Primeiro, o profissional precisa se cuidar, para poder cuidar do outro e construir o processo de resiliência junto à comunidade, para que enfrente situações adversas.

Podemos considerar uma Má Notícia em Defesa Civil: a) emissão de alertas de situações adversas de causas naturais tais como a chegada de temporais; b) emissão de alertas sobre riscos de contaminação ambientais provocados por causa tecnológica; c) necessidade de interdição de moradias; d) necessidade de demolição de moradias; e) necessidade de instalação em Abrigo Público; f) necessidade de remoção compulsória de áreas próximas a um desastre; g) busca

por pessoas desaparecidas no desastre; h) busca de informação sobre a localização da moradia e onde estavam os familiares em caso de deslizamento de terra; i) ações de acolhimento aos parentes das vítimas.

Buscamos, com frequência, o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação em situações de crise, porém isso sempre será um grande desafio para o gerenciamento de desastres. Constantemente, buscamos alternativas de estratégias para o enfrentamento de situações adversas. Mecanismos têm sido utilizados ao longo desses anos: a) o desenvolvimento de habilidades de comunicação para discriminar o que vai ser passado à população e a complexidade da mensagem a ser passada; b) o entendimento claro do que deve ser comunicado; c) a simplificação da informação para que a comunidade possa compreender; d) a forma mais adequada de estabelecer a comunicação com a comunidade em risco.

Alguns fatores são complicadores na retirada de moradores de áreas de risco: a) os idosos têm mais apego ao local onde residem e são normalmente mais resistentes a aceitarem as mudanças. Inclusive, a abordagem de comunicação sempre será diferenciada e sempre com estrutura ampliada de profissionais especializados no atendimento; b) os animais fazem parte da família e normalmente as pessoas não aceitam qualquer tipo de mudança sem que se tenha a solução para os animais de estimação.

Outros fatores comuns são os documentos pessoais, vasos de plantas, os álbuns de fotografia que representam materialização da memória e da história de vida daquela família, associada a alguns objetos de valor afetivo para as pessoas.

Estamos constantemente comunicando Más Notícias em nossa atividade profissional; isso faz parte da rotina do trabalho, porém procuramos atender cada ocorrência como se fosse um membro de nossa família e, nesse processo permanente de aperfeiçoamento profissional, necessitamos do envolvimento das Universidades como parte integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil, na busca da construção de uma comunidade mais resiliente e preparada para enfrentamento dos desastres.

## EXEMPLOS DE AÇÕES DE ACOLHIMENTO AOS PARENTES DAS VÍTIMAS EM ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Para acidentes aéreos, existe uma normatização, desde 2005, chamada de Plano de Assistência às Vítimas de Acidentes Aeronáuticos e Apoio aos seus Familiares. Isso, no entanto, não ocorre com os acidentes rodoviários.

Em 1991, a Equipe da Defesa Civil Campinas foi acionada para prestar atendimento com apoio às famílias de parentes das vítimas que ficaram sabendo pela imprensa do acidente rodoviário ocorrido na cidade de Ubiratã, no Paraná, onde 14 pessoas da região de Campinas foram a óbito, e as famílias desejavam sepultar seus familiares. Familiares das vítimas esperaram por horas a chegada das urnas, e, quando chegaram os caminhões de carga fechados com lona, grande parte das urnas aparentava péssima conservação. A voz de uma mãe no meio da multidão marcou aquele dia: *“Vocês levaram vidas e estão devolvendo cargas...”*. Esse episódio demonstrou a necessidade de preparação das equipes para que um melhor atendimento possa ser prestado em situações desse tipo.

Um dos atendimentos mais marcantes foi o ocorrido na cidade de Araras, estado de São Paulo, onde ocorreu um dos maiores acidentes rodoviários do Estado, envolvendo dois ônibus e dois caminhões, ocorrido em setembro de 1998, na rodovia Anhanguera, km 170. Das vítimas, todos romeiros, 55 morreram carbonizadas e pertenciam à Paróquia de São Pedro e São Paulo da cidade de Anápolis, em Goiás, e voltavam da visita à basílica de Aparecida do Norte.

No acidente, os dois ônibus, que transpor-

tavam 98 romeiros, pegaram fogo, pois um dos caminhões envolvidos transportava 6 mil litros de gasolina e 26 mil litros de óleo diesel (estima-se que o fogo chegou a 1.000 graus Celsius).

Nessa ocorrência, fomos acionados para coordenar o suporte aos parentes das vítimas, que envolveu 24 órgãos públicos, municipais, estaduais e federais. Foi necessário transportar todos os corpos para a cidade de Campinas, onde a estrutura era mais adequada para um suporte mais longo, sendo solicitados cerca de 75 profissionais de diversas áreas, atuando por 16 dias no acolhimento das famílias até o reconhecimento dos corpos que estavam carbonizados.

A fase mais difícil do trabalho é o envolvimento com os parentes no momento em que comecem a contar a história de vida de cada uma das vítimas, suas motivações, seus anseios; relatos tristes sobre a hora do acidente, de pessoas que ficaram na fila para pular do ônibus em chamas e que os idosos e os obesos não conseguiram se salvar. Estima-se que os passageiros do segundo ônibus tiveram apenas dois minutos para fugir do fogo, e os do primeiro, apenas trinta segundos. Relatos fortes, de pessoas que morreram, tentando salvar outras vidas.

Conseguimos encerrar nossas atividades com a entrega de 16 urnas para serem transportadas pela Força Aérea Brasileira no Aeroporto Internacional de Viracopos para que fossem enterradas no Cemitério Parque de Anápolis (Goiás). Na época, o padre João Luiz da Silva, que acompanhou os trabalhos desde o primeiro dia, declarou: *“A possibilidade de enterrar as vítimas conforta as famílias”*. Nesse momento, mais uma missão de assistência humanitária estava encerrada.